

**AO COORDENADOR/PREGOEIRO DE LICITAÇÃO DA EMPRESA MARANHENSE
DE ADMINISTRAÇÃO PORTUÁRIA – EMAP**

**Assunto: RECURSO ADMINISTRATIVO CONTRA DECISÃO DE
HABILITAÇÃO/CLASSIFICAÇÃO**, nos autos da LICITAÇÃO LRE ELETRÔNICA N°
013/2023 – EMAP.

BALTA ENGENHARIA LTDA, pessoa jurídica de direito privado, CNPJ nº 24.304.843/0001-40, com sede na Rua Bacanga, nº 24, Conjunto Vinhais – São Luís-MA, representada pelo seu sócio administrador ANTONIO ALBUQUERQUE NETO, brasileiro, solteiro, empresário, portador do RG nº 02723422200-45 SSP-MA, CPF nº 075.422.673-53, por meio de seu advogado que esta subscreve (documento procuratório anexo), com escritório constante no rodapé, vem nos autos da **LICITAÇÃO LRE ELETRÔNICA N° 013/2023 – EMAP**, apresentar recurso administrativo para impugnar o parecer da Gerência de Escritório de Projetos – GEESP/DEM da EMAP e aceite, que classificou indevidamente a empresa R. PEOTTA ENGENHARIA E CONSULTORIA LTDA, CNPJ nº 00.188.111/0001-73, pelos motivos que passa a expor:

1. DOS FATOS

Em decisão proferida no dia 11 de março de 2024, a Coordenador/Pregoeiro, classificou a empresa R. PEOTTA ENGENHARIA E CONSULTORIA LTDA, CNPJ nº 00.188.111/0001-73, sendo após analisar a documentação a proposta e documentação técnica e jurídica, em 21 de março de 2023, abriu diligência e notificou a licitante para dar explicações sobre pontos que considerou não estarem claros ou não conformes as regras do edital.



Merece trazer os questionamentos referidos pelo parecer técnico nº 013/2023/01-GEESP/DEM, bem como a resposta dada pela empresa R. PEOTTA, nos reservando o direito de impugnar a posição adotada pelo Coordenador/Pregoeiro, quanto ao cumprimento dos pontos submetidos à diligência.

Questionamento GEESP (Parecer 013/2023/01 – GEESP/DEM): Quanto à mão-de-obra, os valores atendem à convenção coletiva. Contudo, não se verificou a inclusão de alguns encargos complementares, como exames médicos, seguros de vida e cursos de capacitação. Solicita-se à proponente, portanto, esclarecer este ponto e ratificar que arcará com todos os encargos complementares aplicáveis à mão de obra.

Resposta PROPONENTE: A Rpeotta declara que arcará com todos os encargos complementares aplicáveis à mão de obra.

Posicionamento GEESP (Parecer Atual): Tendo por base o fato de que a proponente declarou que “arcará com todos os encargos complementares aplicáveis à mão de obra”, aceitamos este item.

Impugnamos por meio deste recurso a decisão tomada, considerando a declaração do licitante de que arcará com todos os encargos complementares aplicáveis à mão de obra, sendo que no parecer técnico diz que “ não se verificou a inclusão de alguns encargos complementares como exames médicos, seguros de vida e cursos de capacitação”.

No item “DA DOCUMENTAÇÃO COMPLEMENTAR”, o edital é claro quanto a necessidade de detalhamento e descrição expressa, conforme descrito nas páginas 71 e 72:

DA DOCUMENTAÇÃO COMPLEMENTAR

A licitante deve apresentar em sua proposta os documentos a seguir:

- Planilha orçamentária, em meio eletrônico, formato xls ou xlsx;
- Cronograma físico-financeiro de desembolso;
- Composição de preços unitários (incluindo as CPU's cujo modelo não foi disponibilizado pela Administração);

AUTORIDADE PORTUÁRIA

Empresa Maranhense de Administração Portuária - EMAP
Porto do Itaqui | São Luís | Maranhão | Brasil
Av. dos Portugueses | s/nº | 65085-370 | Tel.: +55 98 3216-5000
Ouvidoria: (98) 3216-6562 / ouvidoria@emap.ma.gov.br
comunicacao@emap.ma.gov.br | www.emap.ma.gov.br

PORTO DO
ITAQUI

- **Planilha de encargos (sociais e complementares);**
- Planilha de Benefícios e Despesas Indiretas - BDI.

Os documentos deverão ser impressos, assinados por pessoa competente, datado e entregues em mídia eletrônica contendo os documentos mencionadas nos itens acima descritos em planilha eletrônica (.xls), envolvido em embalagem adequada, devidamente identificada com a modalidade e número do certame; razão social, endereço, telefone e CNPJ do licitante.



Assim, a simples declaração de que arcará com estes custos não supre a necessidade de indicação na planilha quanto aos encargos assumidos de expressa, já é exigência editalícia, como se vê acima.

Desta forma, a peticionante impugna o parecer da Gerência de Escritório de Projetos – GEESP/DEM da EMAP neste ponto, já que em desconformidade ao edital, **requerendo a DESCLASSIFICAÇÃO da empresa R. PEOTTA.**

Questionamento GEESP (Parecer 013/2023/01 – GEESP/DEM): A proponente apresentou Certidão de Acervo Técnico nº 18044/2013, emitido pelo CREA-RJ, com Atestado de Capacidade Técnica emitido pela empresa Wtorre Engenharia e Construção S.A, com as seguintes descrições dos serviços realizados: “Projeto Executivo do Estaleiro Rio Grande, localizado na cidade Rio Grande- RS, Estudo de Hidráulica Marítima, Estudo de Acesso Aquaviário, rodoviário, Plano Diretor, Projeto Náutico (Dragagem e Sinalização), Projeto de Estruturas de Atracação, Projeto do Dique Seco, Projeto das Oficinas e Cabines de Pintura, Projeto das Redes e Sistemas de Utilidades, Estudos dos Equipamentos e Sistemas de Movimentação de Carga. Solicita-se à proponente esclarecer quais itens e quantidades desse atestado correspondem aos incisos I a IV do item 15 do Edital (Elaboração de projeto Básico e Executivo de cobertura em estrutura metálica com área mínima de 1.250,00 m² e/ou Elaboração de projeto Básico e Executivo de Infraestrutura viária ou Infraestrutura em Esgotamento Urbano e/ou Elaboração de projeto Básico e Executivo de Pavimentação Rígida com área mínima de 1.000,00 m² e/ou Elaboração de Projeto Básico e Executivo de Estação de Tratamento de Esgoto com vazão mínima de entrada de 7,00 m³/h).



Resposta PROPONENTE: A Certidão de Acervo Técnico nº 18044/2013 atende aos seguintes requisitos técnicos do Termo de Referência, item 15:

Inciso I: Elaboração de projeto executivo de cobertura em estrutura metálica com área mínima de 1.250,00 m².

Cabine de pintura com área total de 1.892,40 m² (Ver página 13 do arquivo).

Inciso II: Elaboração de projeto executivo de Infraestrutura viária ou Infraestrutura em Esgotamento Urbano.

Estudo de acesso aquaviário e rodoviário - Projeto dos acessos viários (Ver página 5 do arquivo);

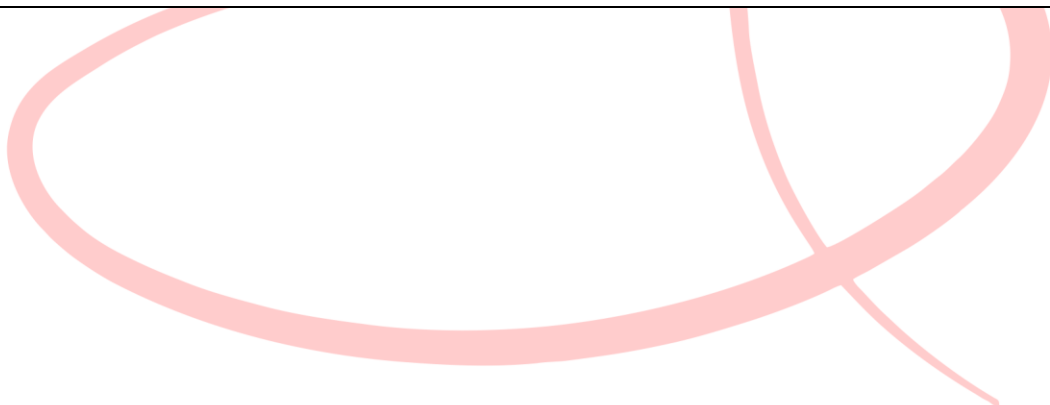
Projeto das redes e sistema de utilidades - Coleta e tratamento de esgotos – (Ver página 15 do arquivo).

Inciso IV: Elaboração de projeto executivo de Estação de Tratamento de Esgoto com vazão mínima de entrada de 7,00 m³/h.

Projeto das redes e sistema de utilidades (Coleta e tratamento de esgotos) – Ver página 15 do arquivo do atestado. Enviamos em anexo documentação complementar relativa ao projeto elaborado: Ver arquivo “DE0627-GRESG-PLT12-R3”.

Posicionamento GEESP (Parecer Atual):

A empresa comprovou o atendimento ao inciso I do Subitem 15.b do Edital, conforme página 13 da CAT com Atestado nº 18044/2013, com área em planta equivalente ao produto de 66,4 m por 28,5 m, $A=1.892,4 \text{ m}^2 > 1.250,00 \text{ m}^2$ - OK :



Impugnamos por meio deste recurso o parecer da Gerência de Escritório de Projetos – GEESP/DEM da EMAP, aceite da Certidão de Acervo Técnico nº18044/2013, datada de 4 de março de 2013, emitido pelo CREA-RJ, já que se trata apenas de comprovação de coordenação técnica e projeto executivo, estando ausente o projeto básico nas suas descrições, inclusive no ATESTADO em anexo reportar-se apenas a PROJETO EXECUTIVO.

CARTIDÃO DE ACERVO TÉCNICO Nº 18044/2013

Informação Complementar:

COORDENAÇÃO TÉCNICA E PROJETO EXECUTIVO ESTRUTURAL, FUNDAÇÕES, TERRAPLANAGEM PARA

DIQUE SECO, CAIS E RETROÁREA DO ESTALEIRO RIO GRANDE

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

1.1. Descrição dos Serviços Técnicos Profissionais Executados

Projeto Executivo do Estaleiro Rio Grande, localizado na cidade de Rio Grande – RS, incluindo

Estabelece o item 15 do edital, que trata da capacidade técnica, que a Certidão de Acervo Técnico deve atestar, concomitantemente, elaboração de projeto básico e executivo, conforme clara interpretação gramatical do instrumento convocatório do pregão:

15. REQUISITOS TÉCNICOS

CAPACIDADE TÉCNICO-OPERACIONAL

a) Prova de inscrição ou registro do licitante, junto ao Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA ou no Conselho de Arquitetura e Urbanismo - CAU, que comprove atividade relacionada com o objeto;

b) Apresentação de atestado(s), fornecidos por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando que a licitante executou satisfatoriamente, serviço/obra compatível com o objeto desta licitação, observada a parcela de maior relevância e valor significativo delimitada a seguir:

- I. Elaboração de projeto Básico e Executivo de cobertura em estrutura metálica com área mínima de 1.250,00 m²;
- II. Elaboração de projeto Básico e Executivo de Infraestrutura viária ou Infraestrutura em Esgotamento Urbano;
- III. Elaboração de projeto Básico e Executivo de Pavimentação Rígida com área mínima de 1.000,00 m²;
- IV. Elaboração de Projeto Básico e Executivo de Estação de Tratamento de Esgoto com vazão mínima de entrada de 7,00 m³/h.

No caso a CAT apresentada não atende os seguintes incisos do item 15 do edital, já que só trata de PROJETO EXECUTIVO.

Cabe reconhecer que a CAT 18044/2013, só trata de PROJETO EXECUTIVO, estando ausente o PROJETO BÁSICO, não havendo o atendimento dos incisos I a IV do item 15 do edital.

No item 1.1.2 da CAT que trata do “Estudo de acesso aquaviário e rodoviário”, por se tratar de um “estudo”, não se enquadra na definição de projeto básico ou executivo;



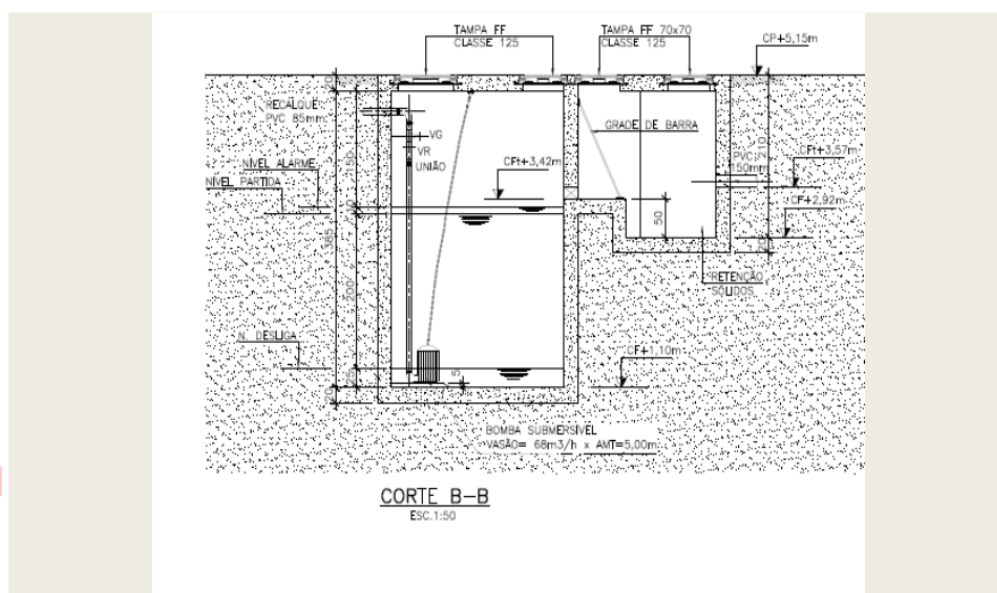
No item 1.1.9 da CAT, que trata “projetos das redes e sistemas de utilidade”, consta o seguinte:

1.1.8. Projeto das redes e sistemas de utilidades

Projeto das redes gerais do estaleiro incluindo elétrica, drenagem, água potável, coleta e tratamento de esgotos, combate a incêndios, telefonia/lógica e CFTV.

No caso a Gerência de Escritório de Projetos – GEESP/DEM da EMAP, considerou atendido o inciso IV do item 15 do edital, com base apenas na imagem apresentada pela R. PEOTTA, em sua justificativa às fls. 07 e 08 da resposta da diligência, destituída de qualquer planilha exigida para um projeto, o que é insuficiente para o atendimento do inciso IV.

Ainda no que tange a bomba submersível, cuja foto a Gerência de Escritório de Projetos – GEESP/DEM da EMAP afirma que a mesma tem vazão de 68m³/h, dado este que o mesmo tirou apenas da imagem apresentada pelo licitante:



A vazão da bomba submersível é equivalente a 68 m³/h (corte B-B), conforme requisito editalício “elaboração de projeto executivo de Estação de Tratamento de Esgoto com vazão mínima de entrada de 7,00 m³/h”.

O valor da vazão de 68 m³/h, “encontrado” pela Gerência de Escritório de Projetos – GEESP/DEM da EMAP não consta no atestado de registro técnico anexo a CAT e não pode fundamentar o aceite, não atendendo ao inciso IV do subitem 15.b do edital.



Questionamento GEESP (Parecer 013/2023/01 – GEESP/DEM): A proponente apresentou Certidão de Acervo Técnico nº 38423/2021 – Atividade Concluída, Emitida pelo CREA-RJ, com Atestado de Capacidade Técnica em anexo elaborado pela empresa Multirio Operações Portuárias S/A. Na página 9 do documento CAT – Roberto Accioly – MULTIRIO (EDIFICAÇÕES).pdf, seção Oficina, consta que essa edificação é “de planta retangular apresenta dimensões 80 x 20 m com área total construída de 1.600,00 m²” e que “sua cobertura e superestrutura foi dimensionada em estrutura metálica com lajes em concreto armado e peso total aproximado de 20.000 kg de aço”. Na mesma página, na seção Armazém aduaneiro, consta que “O prédio possui planta retangular de dimensões 64,50m x 25,00 m e com área total de 1.645,00 m². Sua cobertura e superestrutura foi dimensionada em estrutura metálica e peso total de 25.000 kg de aço”. Portanto, infere-se que a área de cobertura em estrutura metálica seja equivalente à área em planta das duas edificações (3.245,00 m²), superior ao requisito do inciso I do edital. Solicita-se esclarecer e, se for o caso, ratificar esse entendimento, inclusive podendo complementar com projetos elaborados na época da execução desse serviço.

Resposta PROPONENTE: Ratificamos o entendimento referente às observações realizadas quanto a Certidão de Acervo Técnico nº 38423/2021.

A Certidão de Acervo Técnico nº 38423/2021 atende aos seguintes requisitos técnicos do Termo de Referência, item 15:

Inciso I: Elaboração de projeto Básico e Executivo de cobertura em estrutura metálica com área mínima de 1.250,00 m²

Oficina e Armazém Aduaneiro são edificações distintas, ambas atendem a área mínima de 1.250 m² para cobertura em estrutura metálica – (Ver página 9 do arquivo do atestado). Enviamos em anexo documentação complementar relativa ao projeto elaborado: Ver arquivos “DE- 1293-GR-EST-MET-001-R1”; “DE-1293-GR-EST-MET-002-R1”; “R.00184-VM-DC-PLA1- 0001_1”; “R.00184-VM-DC-PLC1-0001_1”; “R.00184-VM-DC-PLD1-0001_1”; “R.00184-VMDC- PLD2-0001_0”

Inciso II: Elaboração de projeto Básico e Executivo de Infraestrutura em Esgotamento Urbano Estação de Tratamento de Esgoto - ETE (Ver página 7 do arquivo do atestado).

o Inciso III: Elaboração de projeto Básico e Executivo de Pavimentação Rígida com área mínima de 1.000,00 m²

Edificações com piso em placas de concreto armado (Armazém aduaneiro – 1.645 m²) - Projeto Executivo – (Ver página 9 do arquivo do atestado). Enviamos em anexo documentação complementar relativa ao projeto elaborado: Ver arquivos “R.00184-VB-DC-ARM1-0001_2” e “R.00184-VB-DC-ARM1-0002_2”



Posicionamento GEESP (Parecer Atual): Retificando, onde se lê CAT nº 38423/2021, leia-se CAT nº 38432/2021. Em relação ao inciso I do requisito do Edital, a empresa apresentou documentos “DE-1293-GR-EST-MET-001-R1”; “DE-1293-GR-EST-MET-002-R1”; “R.00184-VM-DC-PLA1-0001_1”; “R.00184-VM-DC-PLC1-0001_1”; “R.00184-VM-DC-PLD1-0001_1”; “R.00184-VMDC-PLD2-0001_0”. Considera-se esse item atendido, inclusive pelo ponto anterior deste parecer.

Com relação a CAT Nº 38432/2021, ao contrário do afirma a licitante e ratificada pelo parecer da Gerência de Escritório de Projetos – GEESP/DEM da EMAP de aceitar a mesma não atende aos incisos II e IV do item 15.

Cabe registrar também, que ao consultar o sistema do CREA-RJ, não foi possível localizar a referida CAT, apenas a ART, o que gera dúvida quanto a autenticidade do documento.

Desta forma fica impugnado a CAT nº 38432/2021, pela impossibilidade de verificar a existência da mesma no sistema CREA-RJ.

CREA-RJ SISTEMA DE AUTOATENDIMENTO

Área Pública - Confirmação da Autenticação de Certidões

ATENÇÃO! Com base nos Dados Informados, esta certidão não foi localizada.

CNPJ/CPF: (Somente números)	00.188.111/0001-73
Registro: (Somente números)	1994210185
Número da Certidão: (99999/2010)	38432 / 2021
Número/Código de Controle: (0.9999999999999999)	0.06853826056641288
Data Emissão: (DD/MM/AAAA)	19/04/2021
Hora da Emissão: (HH:MM)	19:43

Consultar

Questionamento GEESP (Parecer 013/2023/01 – GEESP/DEM): A proponente apresentou Certidão de Acervo Técnico nº 1353/2004. Entre os diversos serviços listados, há menção à elaboração de projeto de engenharia de “pátio de contêineres com 102.000 m², pavimentado com blocos intertravados de concreto pré-moldado, para estocagem de contêineres e operação de empilhadeiras “reach stacker” com carga máxima de 106 tf no eixo dianteiro” e “ Rede de coleta e tratamento de esgoto para as edificações auxiliares com fossa-filtro anaeróbico, com 260 metros de tubulação de 20-75 mm PVC PBA”. Portanto, não ficou claro o atendimento ao inciso IV - Elaboração de Projeto Básico e Executivo de Estação de Tratamento de Esgoto com vazão mínima de entrada de 7,00 m³/h e ao inciso III, em função de, a princípio, não se tratar de pavimento rígido. Diante disso, solicitamos à proponente esclarecer e demonstrar se há atendimento a um dos incisos da alínea b do item 15 do Edital.



Resposta PROPONENTE: A Certidão de Acervo Técnico nº 1353/2004 atende aos seguintes requisitos técnicos do Termo de Referência, item 15: o Inciso II: Elaboração de projeto Básico e Executivo de Infraestrutura viária ou Infraestrutura em Esgotamento Urbano Acesso rodoviário (Ver página 6 do arquivo do atestado); Rede de coleta e tratamento de esgoto (Ver página 6 do arquivo do atestado).

Posicionamento GEESP (Parecer Atual): Em relação ao inciso II do subitem 15.b do Edital, considera-se este item atendido. Em relação ao inciso IV, não é possível inferir o atendimento ou não ao requisito do Edital, em função da ausência de previsão de vazão do sistema, conforme a imagem abaixo:

- 370 metros de tubulação de 100 mm PVC PBA, classe 20;
- Rede de coleta e tratamento de esgoto para as edificações auxiliares com fossa-filtro anaeróbico, com 260 metros de tubulação de 20-75 mm PVC PBA;
 - Rede de drenagem com emprego de tubos de concreto armado classe CA-3, com diâmetros variando de 300 a 1000 mm, numa extensão total de 2.190 metros;
 - Rede de alimentação elétrica de baixa tensão.

Rio de Janeiro, 01 de novembro de 2002

A CAT nº 1353/2004, ao contrário do afirma a licitante e que serviu de fundamento para o aceite da Gerência de Escritório de Projetos – GEESP/DEM da EMAP, **não atendeu nenhum dos requisitos do item 15**, no que tange aos incisos II e IV, que exige que a CAT, **englobe projeto básico e projeto executivo**, conforme consta na informação complementar do documento expedido pelo CREA-RJ :

CERTIDÃO DE ACERVO TÉCNICO Nº 1353/2004

PROJ. DE ENGENHARIA DE TERMINAL DE CONTÊINERS PARA NAVIOS CONTEINEIROS DE 60.000 TPB POST. PANAMAX COM CAIS EM DARSENA COM 2 BERCOS PARA PROFUNDIDADE DE 16M, ESTRUTURA EM CORTINA DE PAREDE DIAFRAGMA COM LAJE DE ALÍVIO APOIADA EM ESTACAS RAIZ, PATIO DE CONTÊINERS COM 102.000 M2 PAVIMENTADO COM PAVER, ACESSO RODOVIÁRIO E FERROVIÁRIO, EDIFICAÇÕES AUXILIARES E UTILIDADES, ATERRO E DRAGAGEM.

ATESTADO DE EXECUÇÃO DE PROJETOS

DESCRIÇÃO DO PROJETO:

Projeto de engenharia de Terminal de Contêineres para navios contêineres de 60.000 TPB Post-Panamax com cais em dársena para profundidade de 16 metros, estrutura em cortina de parede diafragma com laje de alívio apoiada em estacas-raiz, pátio de contêineres com 102.000 m² pavimentado com paver, acesso rodoviário e ferroviário, edificações auxiliares e utilidades, aterro e dragagem, no porto de Barra do Riacho, município de Aracruz, ES.



Tanto o Atestado quanto a CAT em questão não informam qual o tipo de projeto de engenharia, se Básico, Executivo, ou Básico e Executivo, assim não atende aos incisos II e IV do item 15 do edital.

Em relação a CAT Nº 1353/2004, devido a ausência descrição quanto ao tipo de projeto de engenharia, impugna-se o documento, pelo não atendimento do item 15, incisos II e IV do edital.

No que tange a regularidade Fiscal, item 9.6.2, estabelece a seguinte regra:

9.6.2 **Certidão Negativa de Falência**, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, com data não excedente a 60 (sessenta) dias de antecedência da data da realização da sessão de licitação, quando não vier expresso o prazo de validade.

Pois bem, ocorre que a **certidão nº 2024.092.01407**, emitida em 09/01/2024, às 08:54 min, pela Corregedoria –Geral de Justiça/RJ, **não vem expresso o prazo de validade da certidão**, sendo que a sessão para comprovação da QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA, item 9.6 ocorreu em 11/03/2024, portanto nessa data a certidão já tinha mais de 60(sessenta) dias de expedida.

A **certidão nº 952463**, emitida em, **28/12/2023**, pela 2º Ofício do Registro de Distribuição da cidade e Comarca do Rio de Janeiro, e que trata também de uma certidão negativa de falências, também, não vem expresso o prazo de validade da certidão, sendo que a sessão para comprovação da QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA, item 9.6 ocorreu em 11/03/2024, portanto nessa data a certidão já tinha mais de 60(sessenta) dias de expedida.

Assim, a recorrente impugna as certidões, considerando que a R. Peotta não atendeu ao item 9.6.2, devendo ser desclassificada.

Cabe ainda trazer ao conhecimento da Comissão de Licitação/Coordenador do pregão, que a R. PEOTTA, **não atendeu o item 9.6.1, alínea a, NÃO** apresentou a boa situação financeira através dos índices de liquidez, CONFORME EXPRESSO EM EDITAL:

9.6.1 **Balanco Patrimonial e Demonstração de Resultado** de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais (**2021 e 2022**), vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 03 (três) meses da data de apresentação da proposta, que comprove a boa situação financeira da empresa baseada nas condições seguintes:

a) A comprovação de boa situação financeira da empresa licitante será demonstrada através de índice financeiro utilizando-se as fórmulas abaixo, cujos resultados deverão estar de acordo com os valores estabelecidos:

a.1) Índice de Liquidez Geral (ILG)

$$\text{ILG} = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Ativo Não Circulante}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}} \geq 1,0$$

b.2) Índice de Liquidez Corrente (ILC)

$$\text{ILC} = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}} \geq 1,0$$

Assim, não havendo o atendimento item 9.6.1, alínea a, requer a desclassificação da licitante, por não atender a regra do edital que exige a apresentação do índice de liquidez geral e índice de liquidez corrente.

2. DO DIREITO

O princípio da vinculação ao instrumento convocatório é corolário do princípio da legalidade e da objetividade das determinações habilitatórias. Impõe à Administração e ao licitante a observância



das normas estabelecidas no Edital de forma objetiva, mas sempre velando pelo princípio da competitividade.

Deve-se interpretar os preceitos do ato convocatório em conformidade com as leis e a Constituição. Afinal, é ato concretizador e de hierarquia inferior a essas. Antes de observar o Edital e condicionar-se a ele, os licitantes devem verificar a sua legalidade, legitimidade e constitucionalidade.

Alocamos o Edital como derradeiro instrumento normativo da licitação, pois estabelece regras e as condições específicas de um dado certame, com observância a Constituição, as leis, e atos normativos.

Assim, estando o edital em conformidade com o ordenamento jurídico pátrio, compete ao Administrador velar pelo seu cumprimento e ao licitante atender fielmente suas regras.

Quando se falar em vinculação ao instrumento convocatório, há uma regra de obrigatoriedade para que a autoridade não omita regras e condições impostas para a participação e execução do contrato. Assim, o Edital desce às minúcias, não podendo ser abstrato a ponto de haver interpretações dúbias. No caso concreto é que se analisará a possibilidade de algum juízo valorativo quanto à forma de prestação de dado serviço, por exemplo. Determinadas mudanças, quando o fim é atingido, poderão estar protegidas pela instrumentalidade das formas, desde que a boa-fé e a ausência de prejuízo para as partes estejam presentes.

No caso, a licitante R. PEOTTA, desatende o regramento imposto quanto ao item 9.5 do edital que trata da “REGULARIDADE FISCAL e TRABALHISTA”, no que tange as certidões negativas de falências em desacordo com o item. 9.6.2 e em relação a não apresentação das Certidões de Acervo Técnico, com comprovação concomitante de Projeto Básico e Executivo exigido nos incisos I, II, III e IV do item 15 que trata dos REQUISITOS TÉCNICOS.

O STJ já se manifestou diversas vezes a respeito do tema (por exemplo: RESP 595079, ROMS 17658). No RESP 1178657, o tribunal decidiu:

ADMINISTRATIVO. PROCEDIMENTO LICITATÓRIO. PREGÃO. PRINCÍPIO DA VINCULAÇÃO AO EDITAL. REQUISITO DE QUALIFICAÇÃO TÉCNICA NÃO CUMPRIDO. DOCUMENTAÇÃO APRESENTADA DIFERENTE DA EXIGIDA. O Tribunal de origem entendeu de forma escoreita pela ausência de cumprimento do requisito editalício.

Pugna a recorrente pela DESCLASSIFICAÇÃO DA licitante R. PEOTTA ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO LTDA, pelo atendimento das exigências editalícias apontadas neste recurso.

Por fim, cabe registrar que ao analisar todas as Certidões de Acervo Técnicos e Atestados juntados pela licitante, a mesma busca intencionalmente dificultar a análise por parte da Gerência de Escritório de Projetos e o julgamento do Pregoeiro ANTONIO JOSÉ DUAILIBE MARÃO, ao juntar 10(DEZ) certidões de números a seguir: Nº 24682/2014(Projeto Conceitual), 12626/2002(Projeto Executivo), 10127/2008(Projeto Básico), 17661/2013(Projeto Básico), 274764/2022(Prestação de Serviços de Engenharia), 278240/2020(Prestação de Serviços de Engenharia), 1353/2004(Projeto de Engenharia), 18044/2013(Coordenação Técnica e Projeto Executivo), 6670/2005(Projeto Executivo), que não atendiam as regras do Edital, item 15, elaboração de projeto básico e executivo, já que sendo que só a CAT Nº 38432/2021, atenderia o inciso I e III, sendo desclassificada pelo não atender os incisos II e IV, o que leva neste recurso requerer a desclassificação da licitante do certame.



3. DO PEDIDO

ANTE O EXPOSTO, requer seja recebido o presente recurso, para o exercício do juízo de retratação, ou não havendo seja encaminhada a autoridade superior para julgamento nos termos do item 11.6, pugnando pelo provimento do recurso para desclassificar a empresa R. PEOTTA ENGENHARIA E CONSULTORIA LTDA, pelas razões expostas acima.

São Luís-MA, 08 de abril de 2024.

Termos em que espera deferimento.

THAUSER BEZERRA THEODORO

OAB-MA 5859



